

Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SUMÁRIO

Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Índice das Demonstrações Financeiras	Página
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido pelo método indireto	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio	10
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais - R\$)

Aos quotistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. tem como objetivo administrar e realizar a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa administrava 30 grupos de consórcios (29 grupos de consórcios em dezembro de 2023), sendo 5.324 de consorciados em dezembro de 2024 (2.286 em dezembro de 2023).

Durante o semestre e o exercício findos em dezembro de 2024 ocorreram respectivamente 1.149 e 2.078 contemplações (905 e 1.889 contemplações no semestre e exercício findos em dezembro de 2023 respectivamente).

O patrimônio líquido da empresa totalizou R\$202.198 (2023 - R\$137.809).

O resultado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 foi um lucro líquido de R\$ 35.227 e R\$64.729 respectivamente (R\$ 32.477 e R\$69.322 para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023). Com a contratação de serviços de auditoria externa é preservado a independência dos auditores externos. Durante o exercício de 2024, a Empresa contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A Empresa adota como procedimento formal consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência, nos termos da NBC TA 260 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade, na qual declaram que não existe qualquer relação entre a Deloitte e a Empresa que possam afetar a independência. Esta declaração é submetida aos Membros do Comitê da Diretoria. A política da Empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Agradecemos aos cotistas, clientes e colaboradores pela colaboração e apoio demonstrado durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Curitiba, PR, 26 de março de 2025.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira das demonstrações dos recursos de consórcios consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Consórcio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Consórcio continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

B. Oliveira
Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Disponibilidades		11	12	Outras obrigações		209.590	140.915
Ativo financeiros		189.369	147.547	Fiscais e previdenciárias		10.759	9.301
Títulos e valores mobiliários	3	189.369	147.547	Recursos a devolver a consorciados	6	4.375	4.836
Outros valores e bens	4	181.916	120.176	Pagamentos a efetuar	7	39.848	27.119
Outros créditos	5	45.589	17.953	Taxa de Administração a apropriar	9	154.608	99.659
Imobilizado de uso		-	-	Provisões	8	8.170	8.698
Outras imobilizações de uso		520	520	Fiscais, trabalhistas e cíveis		7.848	8.232
Depreciação acumulada		(520)	(520)	Perda nos grupos		-	158
Intangível		3.073	1.734	Outras provisões		322	308
Ativo intangível		4.187	2.190				
Amortização acumulada		(1.114)	(456)				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		202.198	137.809
				Capital social		21.956	21.956
				Outros resultados abrangentes		(455)	(116)
				Reserva de Lucros		180.697	115.969
TOTAL DO ATIVO		419.958	287.422	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		419.958	287.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.879	16.180	15.012
Rendas de títulos e valores mobiliários		8.879	16.180	15.012
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.879	16.180	15.012
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		34.621	80.654	89.069
Receitas de prestação de serviços (taxa de administração)		86.529	170.060	146.251
Outras receitas/despesas operacionais		68	280	1.591
Despesas financeiras		(2)	(1)	(276)
Despesas administrativas	13	(37.564)	(62.000)	(34.080)
Despesas com amortização e depreciação		(594)	(659)	(110)
Despesas tributárias		(12.769)	(25.006)	(20.725)
Outras despesas operacionais	14	(1.047)	(2.020)	(3.582)
Contingências cíveis e fiscais		(823)	(1.448)	(839)
Outras operacionais		(100)	(383)	(27)
Riscos Grupo de Consórcio		(124)	(189)	(2.716)
RESULTADO OPERACIONAL		43.500	96.834	104.081
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		43.500	96.834	104.081
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(13.998)	(32.105)	(34.759)
Provisão para imposto de renda		(12.963)	(25.894)	(20.320)
Provisão para contribuição social		(5.092)	(6.611)	(7.646)
IR/CS diferidos		4.057	400	(6.793)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		29.502	64.729	69.322
QUANTIDADE DE COTAS	11	21.955.074	21.955.074	21.955.074
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR COTA - EM REAIS		1,34	2,95	3,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	29.502	64.729	69.322
Ajuste a Valor Justo TVM	(222)	(339)	634
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>29.280</u>	<u>64.390</u>	<u>69.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ajuste a Valor Justo TVM	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>21.956</u>	<u>(750)</u>	<u>116.646</u>	<u>-</u>	<u>137.852</u>
Ajuste a Valor Justo TVM	-	634	-	-	634
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.322	69.322
Constituição de reserva	-	-	69.322	(69.322)	-
Dividendos Deliberados			(70.000)	-	(70.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>21.956</u>	<u>(116)</u>	<u>115.968</u>	<u>-</u>	<u>137.808</u>
Ajuste a Valor Justo TVM	-	(339)	-	-	(339)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.729	64.729
Constituição de reserva			64.729	(64.729)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>21.956</u>	<u>(455)</u>	<u>180.697</u>	<u>-</u>	<u>202.198</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	<u>21.956</u>	<u>(233)</u>	<u>151.195</u>	<u>-</u>	<u>172.918</u>
Ajuste a Valor Justo TVM	-	(222)	-	-	(222)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	29.502	29.502
Constituição de reserva	-	-	29.502	(29.502)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>21.956</u>	<u>(455)</u>	<u>180.697</u>	<u>-</u>	<u>202.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.500	96.834	104.081
Ajustes ao lucro antes dos impostos	<u>2.700</u>	<u>2.398</u>	<u>694</u>
Depreciações e amortizações	594	659	110
Provisões para contingências e para perdas nos grupos de consórcio	<u>2.106</u>	<u>1.739</u>	<u>584</u>
LUCRO AJUSTADO	<u>46.200</u>	<u>99.232</u>	<u>104.775</u>
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em outros créditos	(41.605)	(89.376)	(64.582)
(Redução) Aumento em outras obrigações	34.950	62.605	41.660
Imposto de renda e contribuição pagos	<u>(13.436)</u>	<u>(28.642)</u>	<u>(25.823)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>26.109</u>	<u>43.819</u>	<u>56.030</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação no intangível	(1.519)	(1.998)	(1.288)
(Aumento) Redução em títulos disponíveis para venda	<u>(24.650)</u>	<u>(41.822)</u>	<u>15.258</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(26.169)</u>	<u>(43.820)</u>	<u>13.970</u>
Dividendos (pagos)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(70.000)</u>
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(70.000)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(60)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Início do semestre/exercício	71	12	12
Fim do semestre/exercício	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>12</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(60)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>		<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>
Disponibilidades	1.587	5.918	Outras obrigações	<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>
Aplicações financeiras	429.983	385.050	Obrigações diversas	<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>
			Obrigações com consorciados	1.008.220	868.013
DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS	<u>1.070.515</u>	<u>924.478</u>	Valores a repassar	28.297	25.841
Bens retomados ou devolvidos	1.120	314	Obrigações por contemplações a entregar	345.050	325.599
Normais	1.045.310	897.415	Obrigações com a Administradora	20.712	0
Em atraso	3.505	1.925	Recursos a devolver a consorciados	58.008	59.869
Em cobrança judicial - grupos em andamento	20.580	24.824	Recursos do grupo	41.798	36.124
TOTAL DO ATIVO	<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>1.502.085</u>	<u>1.315.446</u>
COMPENSAÇÃO	<u>12.851.895</u>	<u>11.552.243</u>	COMPENSAÇÃO	<u>12.851.895</u>	<u>11.552.243</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	73.471	76.300	Recursos mensais a receber de consorciados	73.471	76.300
Contribuições devidas ao grupo	6.430.782	5.776.476	Obrigações do grupo por contribuições	6.430.782	5.776.476
Consortados - bens a contemplar	6.347.642	5.699.467	Bens ou serviços a contemplar - valor	6.347.642	5.699.467
	<u>14.353.980</u>	<u>12.867.689</u>		<u>14.353.980</u>	<u>12.867.689</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
DISPONIBILIDADES INICIAIS	<u>414.287</u>	<u>390.968</u>	<u>316.882</u>
Depósitos bancários	225	5.918	1.492
Aplicações financeiras do grupo	62.388	59.451	74.716
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	351.674	325.599	240.674
RECURSOS COLETADOS	<u>832.175</u>	<u>1.650.291</u>	<u>1.514.692</u>
Contribuições para aquisição de bens	672.255	1.359.105	1.278.067
Taxa de administração	114.303	216.765	185.914
Contribuições ao fundo de reserva	3.608	6.876	6.185
Rendimentos de aplicações financeiras	15.629	31.569	32.589
Multas e juros moratórios	849	1.481	1.245
Prêmios de seguro	4.315	8.041	5.985
Custas judiciais	302	688	872
Outros	20.914	25.766	3.835
RECURSOS UTILIZADOS	<u>(814.893)</u>	<u>(1.609.690)</u>	<u>(1.440.606)</u>
Aquisição de bens	(684.811)	(1.317.745)	(1.135.164)
Taxa de administração	(114.303)	(217.381)	(186.960)
Multas e juros moratórios	(425)	(740)	(622)
Prêmios de seguro	(3.478)	(7.225)	(6.892)
Custas judiciais	(428)	(507)	(946)
Devolução a consorciados desligados	(8.555)	(10.932)	(6.558)
Outros	(2.893)	(55.160)	(103.464)
DISPONIBILIDADES FINAIS	<u>431.569</u>	<u>431.569</u>	<u>390.968</u>
Depósitos bancários	1.587	1.587	5.918
Aplicações financeiras do grupo	84.932	84.932	59.451
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	345.050	345.050	325.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio” ou “Empresa”), controlada pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., com sede em Curitiba - PR, iniciou suas atividades em 1994 e tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de Administradora de Consórcio. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda, como parte integrante do Grupo Volvo, nossas operações são realizadas em um ambiente que engloba diversas empresas atuantes no mercado. Compartilhamos de maneira sinérgica a infraestrutura tecnológica e administrativa dessas entidades. Para uma compreensão adequada, é fundamental interpretar nossas demonstrações financeiras dentro desse contexto colaborativo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 (BACEN) consolida as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. Tal normativo dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Consórcio no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Volvo. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração avaliou a capacidade da Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Consórcio em 26 de março de 2025.

2.3. Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são expressas em Reais, que é a moeda funcional e utilizada para apresentação. A menos que indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

2.4. Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em aderência ao processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional.

A Consórcio, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no exercício de 2024, quando aplicável:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: homologado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: homologado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas: homologado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações: homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: homologado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes: homologado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: homologado pela Resolução BCB nº 9/2020;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado: homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados: homologado pela Resolução BCB nº 59/2020;
- CPC 41 (R1) - Resultado por Ação: homologado pela Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo: homologado pela Resolução BCB nº 120/2021;
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente: homologado pela Resolução BCB nº 120/2021.

2.5. Alterações nas políticas contábeis

As políticas e métodos contábeis adotados na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com aqueles aplicados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31.12.2023, salvo exceções explicitadas no item "2.6" desta Nota.

2.6. Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Considerando que a referida resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, a administração avaliou e não terá impactos materiais da adoção deste normativo, pois não existem contratos de arrendamento ativos ou passivos na data de encerramento das demonstrações.

Resolução BCB nº 219, de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução BCB nº 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.05.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 67), até 31.12.2023, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício/2023;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020 (art. 68).

Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros a partir de Janeiro de 2025, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida Resolução revogou a Resolução BCB Nº 219, de 30 de março de 2022 e a Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023. As principais alterações regulatórias que se aplicam à administradora de consórcio são: classificação e mensuração de instrumentos financeiros, com adoção de critérios específicos para a sua classificação com base no modelo de negócios da administradora e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Inclui a classificação entre as categorias de mensuração ao custo amortizado, valor justo por meio de resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A Volvo Administradora de Consórcio não terá impactos materiais em relação a adoção da norma, inclusive considerando a remensuração decorrente de reclassificação dos instrumentos financeiros e de outros aspectos da norma.

Resolução BCB nº 464, de 29 de janeiro de 2020: Dispõe sobre a gestão de risco de crédito e de liquidez das instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. A resolução tem como objetivo garantir a saúde financeira das instituições, assegurando que tenham capacidade de honrar seus compromissos e proteger os investidores.

Resolução BCB nº 362, de 9 de dezembro de 2009: Dispõe sobre as operações compromissadas no mercado financeiro, regulando os requisitos e procedimentos para transações de recompra e empréstimos com ativos como garantia. A vigência começou em 1º de janeiro de 2010.

Resolução BCB nº 390, de 18 de dezembro de 2018: Dispõe sobre a gestão de risco de mercado pelas instituições financeiras, estabelecendo diretrizes para o controle de riscos como taxas de juros e câmbio. A vigência iniciou-se em 1º de janeiro de 2019.

Resolução BCB nº 391, de 18 de dezembro de 2018: Regula o controle de risco operacional nas instituições financeiras, estabelecendo requisitos para a mitigação de riscos operacionais. A vigência iniciou-se em 1º de janeiro de 2019.

2.7. Descrição das principais práticas contábeis dos grupos de consórcio e da

2.7.1 Dos Grupos de Consórcio

I. Aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos e inclui também os saldos dos grupos encerrados, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum, fundo de reserva de cada grupo e aos créditos vinculados para a aquisição de bens.

Os saldos das aplicações financeiras englobam os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados ao valor de mercado ou de realização quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de um rateio diário, proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

II. Outros créditos

Representam predominantemente os valores a receber de consorciados já contemplados, registrados pelos valores de realização.

III. Outras obrigações

Referem-se a obrigações com consorciados para aquisição de bens de clientes não contemplados e obrigações por contemplações a entregar aos consorciados contemplados nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações. *IV. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados*

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive os em atraso, para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

V. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

VI. O Valor dos bens ou serviços a contemplar

O valor dos bens ou serviços a contemplar correspondem aos valores dos créditos a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

VII. Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é composto por:

- Valor do bem adquirido;
- Taxa de administração;
- Fundo de reserva;
- Seguro.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de duração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para:

- Entrega de bem;
- Repasse de taxa de administração;
- Repasse de prêmio de seguro;
- Devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

2.72. Da Administradora

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal. Para a adequação ao CPC 47, aderido pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução BCB nº 120/2021, a Empresa passou a apropriar a receita com taxa de administração de acordo com a obrigação de desempenho, ou seja, a receita é reconhecida à medida que a Empresa entrega o serviço ao Grupo de Consórcio por ela administrado. Os valores recebidos de taxa de administração que ainda não foram apropriados no resultado são contabilizados no passivo no grupo de Taxa de Administração a apropriar.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, quando aplicável, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, a atualização é realizada com liquidez diária até a data do vencimento com a taxa de juros atual/contratada e descontado o valor presente de acordo com a curva de juros futura em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Consórcio tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota nº 12).

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada linearmente às taxas anuais de vida útil de 10% a 20%.

e) Intangível

Composto substancialmente de gastos em tecnologia demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa anual de vida útil de 20%.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver a possibilidade de perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

i) Benefícios a empregados

O Consórcio opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Consórcio tem apenas plano de contribuição definida.

O Consórcio faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Consórcio não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pelo artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, resultados não recorrente são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para ocorrerem com frequência em exercícios futuros. O Consórcio não possui resultados não recorrentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

2.8. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- (i) Valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros: Alguns dos ativos e passivos da Empresa são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras.
- (ii) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio: As Provisões são utilizadas para cobrir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Elas são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período.

Os eventos futuros que podem afetar o montante necessário para liquidação de uma obrigação são refletidos no valor das provisões sempre que houver evidência objetiva de sua ocorrência. As provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- (iii) Créditos tributários;
- (iv) Créditos de liquidação duvidosa: a perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Considera os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	2024		2023	
		Valor Custo	Ajuste a Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-ligadas)	9,92	185.448	(454)	184.994	142.711
Letras do Tesouro Nacional (LTN pós)	6,87	4.375	-	4.375	4.836
Total		<u>189.823</u>	<u>(454)</u>	<u>189.369</u>	<u>147.547</u>
Ativo circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.777</u>
Ativo não circulante		<u>189.823</u>	<u>(454)</u>	<u>189.369</u>	<u>139.770</u>

b) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Títulos disponíveis para venda	<u>189.369</u>	<u>147.547</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	Valor de mercado
A vencer acima de 12 meses	<u>189.369</u>
Total	<u>189.369</u>

4. OUTROS VALORES E BENS

	2024	2023
Outras despesas antecipadas	-	510
Despesa antecipada - Comissão (i)	123.527	81.686
Campanha de vendas (i)	58.389	37.980
Total	<u>181.916</u>	<u>120.176</u>
Diferimento Campanha e Comissão Circulante e Não Circulante		
	2024	2023
A diferir em até 12 meses	54.575	38.490
A diferir acima de 12 meses	127.341	81.686
Total	<u>181.916</u>	<u>120.176</u>

- (i) Valores pagos e ainda não reconhecidos em resultado em função da adoção em 1º de janeiro de 2022 da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As despesas de comissão e campanha de venda, as quais referem-se a valores pagos vinculados a cotas de consórcio, passaram a ser registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, diferidas no decorrer do prazo dos contratos.

5. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Adiantamentos e antecipações salariais	152	4
Pis e COFINS a Recuperar	22.084	15.297
Taxa de Administração dos Grupos	16.265	394
Valores em Trânsito	6.477	1.977
Depósito em garantia	611	281
Total – Circulante	45.589	17.953

6. RECURSOS DE GRUPOS ENCERRADOS

	2024	2023
Recursos de Grupos encerrados conta passiva	4.375	4.836

Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Empresa e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente. Sendo assim, seguindo as determinações da Carta-Circular BACEN

nº 3.047/02 e Instrução normativa nº 208 de 15 de dezembro de 2021, a Empresa possui em 31 de dezembro de 2024, os saldos de R\$4.375 em conta de passivo circulante e R\$ 40.822 em conta de compensação, (2023 - R\$4.836 e R\$25.848, respectivamente) referentes a recursos a devolver a consorciados desistentes.

7. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	2024	2023
Comissões a pagar – terceiros	20.237	11.789
Comissões a pagar - partes relacionadas	57	510
Gratificações a funcionários	619	636
Serviço técnico especializado	17.987	11.744
Outros valores a pagar - partes relacionadas	-	21
Outros	-	13
Administração	948	2.406
Total – Circulante	39.848	27.119

8. PROVISÕES

a) Composição

	2024	2023
<u>Passivo circulante</u>		
Provisões com férias	322	308
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	-	158
Subtotal	322	466
<u>Passivo não circulante</u>		
Provisão para contingências (ii)	7.848	8.232
Subtotal	7.848	8.232
Total	8.170	8.698

- (i) Provisão para cobrir as responsabilidades da Consórcio no encerramento de grupos em andamento. A provisão está alocada no passivo circulante pelo fato de que os grupos provisionados serão encerrados dentro do período de 12 meses.
- (ii) A natureza das obrigações refere-se, principalmente, a processos cíveis com discussões de itens contratuais, classificadas pela Administração como de risco de perda provável.

b) Movimentação no período

	Provisão para perdas nos grupos de consórcio	Provisão para contingência s	Outras provisões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	158	8.232	308	8.698
Constituição / (reversão)	(158)	(384)	14	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	7.848	322	8.170

Perdas possíveis

A Empresa mantém um sistema de acompanhamento para os processos administrativos e judiciais e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso para os casos em que consta como ré e a probabilidade de êxito dos casos em que consta como parte autora. Os processos administrativos e judiciais são acompanhados continuamente por escritórios especializados e, se necessário, é realizada a reclassificação de risco. Os processos contingentes de natureza fiscal avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, em observância a Resolução CMN nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há processos contingentes de natureza cível ou trabalhista avaliados como de perda possível de montante relevante.

A Empresa possui um pedido de compensação (Per/Dcomp) referente ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2015, homologado parcialmente e em fase de manifestação de inconformidade envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 766 mil (2023 - R\$ 696 mil).

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A APROPRIAR

Representam valores correspondente a taxa de administração recebidos de consorciados e ainda não levados a resultado em decorrência da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2022, da Resolução nº 120/2021, a qual determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Em decorrência desse pronunciamento, as receitas de prestação dos serviços passaram a ser contabilizados pelo regime de competência, nos termos do item “9.e” do referido pronunciamento. O prazo médio de diferimento da receita, a qual leva em consideração o prazo das cotas, é de 63 meses e, do montante registrado em 31 de dezembro de 2024, R\$29.449 será apropriado no curto prazo e R\$125.159 no longo prazo (2023 - R\$18.983 e R\$80.676, respectivamente).

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as transações realizadas pela Consórcio com partes relacionadas compreendem aplicações de depósito a prazo, contratadas com taxas de mercado, e despesas administrativas referentes a contratos específicos de prestação de serviços.

	Títulos e valores mobiliários		Receitas financeiras		Despesas de prestação de serviços		Outros ativos (passivos)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Banco Volvo (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	184.994	142.711	16.180	10.108	(6.120)	(4.620)	-	(510)
Volvo do Brasil								
Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(57)	(21)
Dipesul Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(447)	(330)
Lapônia Sudeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	(760)	(622)

Empresa não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no exercício

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social está dividido em 21.955.075 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 totalmente integralizado, sendo 21.955.074 cotas pertencentes ao Banco Volvo (Brasil) S.A.

O lucro líquido apurado em cada exercício é destinado de acordo com a deliberação dos cotistas representando a maioria do capital social, observadas as determinações legais pertinentes. Em 22 de fevereiro de 2023 os quotistas deliberaram, pela aprovação da distribuição de dividendos, à conta de Lucros Acumulados, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

12. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

	2024	2023
Resultado antes da tributação	96.834	104.081
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(24.209)	(26.020)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota de 9%	(8.715)	(9.367)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	<u>(32.924)</u>	<u>(35.388)</u>
Ajustes Permanentes - Outros	819	629
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.105)	(34.759)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(32.505)	(27.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	400	(6.793)

a) Tributos diferidos

	2023	Movimentação	2024
Passivos contingentes e perdas nos grupos de consorcio	8.390	(542)	7.848
Outras provisões	1.605	(1.475)	130
Provisão de comissão	10.999	9.238	20.237
Provisão de campanha	10.397	7.590	17.987
Participação nos lucros	328	(56)	272
Receita Diferida CPC 47	99.659	54.949	154.608
Impostos Receita Diferida CPC 47	(15.297)	(6.787)	(22.084)
Campanha e Comissões Diferidas	<u>(120.176)</u>	<u>(61.740)</u>	<u>(181.916)</u>
Total	<u>(4.095)</u>	<u>1.176</u>	<u>(2.918)</u>
Alíquota	34%	34%	34%
Tributos Diferidos Ativos (Passivo)	(1.392)	400	(992)

Os tributos diferidos são provenientes de provisões contábeis temporariamente indedutíveis e sobre a neutralidade fiscal aplicada ao reconhecimento de receitas de contratos de clientes em observância ao CPC 47 sobre os quais foram contabilizados tributos diferidos passivos, no montante de - R\$992 (2023 - R\$1.392).

A Consórcio não possuía base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal para fins de imposto de renda em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos passivos tributários diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias
2025	10.601
2026	(2.532)
2027	(2.532)
2028	(2.532)
2029	(3.198)
2030	(799)
Total	992

b) Movimentação no período

	Diferenças temporárias
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.392)
Créditos tributários constituídos/utilizados	400
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(992)

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Despesas de comissões e campanhas (*)	27.143	43.173	18.343
Despesas de pessoal	1.703	3.255	3.515
Despesas de prestação de serviços	4.077	8.070	6.137
Previdência social e complementar	385	728	742
Viagens	484	629	253
Processamento de dados	865	1.515	650
Propaganda e publicidade	999	2.029	1.865
Outros	1.908	2.601	2.575
Total	37.564	62.000	34.080

(*) As despesas de comissão e campanha de marketing, registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, passaram a ser amortizáveis no decorrer do prazo do contrato.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, basicamente, à constituição de provisões para contingências e perdas nos grupos de consórcio no valor de R\$2.020 (2023 - R\$3.582).

15. RECURSOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos recursos de consórcios representam a consolidação das posições individualizadas de cada grupo e é mantida nos balancetes mensais da Empresa em contas de compensação. As principais rubricas são representadas por:

a) Aplicações financeiras

São os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicados em títulos públicos atualizados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de administração sobre os eles.

b) Recursos a devolver a consorciados

Correspondem aos valores atualizados a serem pagos aos consorciados desistentes, líquidos da taxa de administração retida pelo consórcio.

c) Recursos coletados

Representam os pagamentos das prestações feitos pelos grupos. O valor das prestações mensais é determinado com base no valor do bem, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

O fundo de reserva destina-se, principalmente, à cobertura de eventuais insuficiências de caixa de cada grupo e é constituído com 0,40% a 1% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras das disponibilidades de cada grupo.

d) Recursos utilizados

Representam os desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio com a aquisição de bens para os consorciados contemplados e para sua manutenção, inclusive a taxa de administração, a qual é cobrada dos participantes sobre as prestações mensais recebidas com taxas variáveis de 11,50% a 14,00%.

e) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundos comuns e de reserva) de consorciados. O montante foi calculado com base nos preços dos bens vigentes em 31 de dezembro de 2024.

f) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundos e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final de cada grupo. O saldo, em 31 de dezembro 2024, está representado por contribuições devidas por 30 grupos (2023 - 29), correspondendo a 13.569 consorciados (2023 – 13.106).

g) Consorciados - bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens vigente no fim do período.

h) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i) Sumário das operações de consórcio de caminhões e ônibus

	Quantidade de grupos	Quantidade de cotas	Quantidade de cotas ativas			
		Contempladas	Não contempladas	Em dia	Inadimplentes	Cotas quitadas
2024	30	6.523	7.046	12.621	948	2.246
2023	29	6.478	6.628	12.187	919	1.499

Em 31 de dezembro de 2024, as prestações em atraso montam a R\$24.085 (2023 - R\$26.749) incluindo as ajuizadas.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Consórcio não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

17. GESTÃO DE RISCOS

A Consórcio, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

O Consórcio é parte do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. o qual realiza periodicamente avaliação dos riscos de mercado, de crédito, liquidez e operacional, assim como possui estrutura de gerenciamento de riscos.

a. Riscos de mercado e riscos de liquidez

O Risco de Mercado está associado à possibilidade de perdas resultantes de flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O Risco de Liquidez é definido como a incapacidade de honrar as obrigações eficientemente. Como o Consórcio não possui carteira de negociação, ou seja, não detém instrumentos, inclusive derivativos, com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade, resta bastante reduzido o Risco de Mercado da Instituição. Igualmente, uma política restrita de casamento de desembolsos e captações assegura a mitigação do risco.

b. Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Para mitigar tais riscos, Consórcio Volvo possui bem definidos os controles internos em suas três linhas de defesa, bem como o monitoramento contínuo de perdas ou 'quase-perdas' decorrentes de riscos operacionais.

c. Risco Social, Ambiental e Climático

A estrutura de gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático tem como objetivo executar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas nas atividades da organização em linha com os princípios estabelecidos em sua Política de Responsabilidade, Social, Ambiental e Climática.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada ("Vikingprev"), uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual o Consórcio, por ser um dos patrocinadores do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev, é responsável pelo recolhimento das contribuições relativas aos seus empregados, conforme indicadas no plano de custeio anual aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo da Vikingprev. O Consórcio é patrocinador da Vikingprev em um único plano de benefícios de caráter previdenciário.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas aos participantes admitidos pela patrocinadora até o dia 27/05/2011 e que tenham 55 anos de idade completos ou mais na data de eficácia da alteração do Plano (05/07/2021), há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, Consórcio efetuou contribuições no montante de R\$73 (2023 - R\$68), referentes à contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	(93.817)	(101.424)
Valor justo dos ativos	134.013	140.409
Superávit atuarial	40.196	5

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Consórcio, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	2024	2023
Taxa de desconto	10,90% a.a. (inflação + 6,46%)	9,39% a.a. (inflação + 5,37%)
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	10,90% a.a. (inflação + 6,46%)	9,39% a.a. (inflação + 5,37%)
Crescimentos salariais futuros	N/A	N/A
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4.10% a.a. (inflação + 0%)	3,82% a.a. (inflação + 0%)
Estimativa de inflação no longo prazo	4.10% a.a.	3,82% a.a.
Hipóteses demográficas	2024	2023
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40%	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 média suavizada em 20%	AT-2000 média suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A

DIRETOR-PRESIDENTE

Carlos Eduardo Modeli Ribeiro

DIRETOR FINANCEIRO

Edsel Guidi Filho

CONTADOR

Gilberto de Paula Coelho
CRC PR 040247/O-8